

O que se Faz na Educação Musical Infantil?: Relato de um Estágio Baseado na Atual Legislação Brasileira 2017

Comunicação

Júlio César Ferreira Gomes
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
cesarlima09@gmail.com

Resumo: Relato de experiência sobre um estágio baseado na nova legislação para a Educação Infantil brasileira de 2017. O planejamento das ações motivou-se principalmente na Base Nacional Comum Curricular, Brasil (2017), a qual delibera os campos de experiências que as crianças devem adquirir em sua primeira etapa educacional. Fundamentou-se o estágio, Brasil (1962, 2002), Luna (2016), a relação da criança com a música e Educação Musical, Brasil (1996, 1997, 1998, 2008, 2009, 2016), Gomes (2009), bem como investigou-se o contexto escolar da escola concedente Azevedo, Azevedo e Pinto (2008). O objetivo principal foi convergir as reflexões abordadas para o planejamento das regências, buscando atingir esses campos de experiência em uma mesma aula. Conclui-se que através com a Educação Musical pode-se trabalhar interdisciplinarmente outros saberes da Educação Infantil, abarcando todos os campos de experiências apontados na legislação atual da Educação Infantil do Brasil, e sem desvincular conteúdos inerentes musicais.

Palavras chave: Educação Musical. Estágio Docente. Educação Infantil.

Introdução

Segundo Gomes (2009), a música na educação possui um histórico que provém do período colonial. Atualmente a Lei nº 13.278, de 2016 altera o § 6º do art. 26 da LDB, diz que o teatro, as artes visuais, a dança e a música serão linguagens que constituirão o componente curricular. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – (RCNEI), defende que a música na educação infantil também tem contribuído para “formação de hábitos, atitudes e comportamentos: lavar as mãos antes do lanche, escovar os dentes, [...] memorização de conteúdos relativos a números, letras do alfabeto, cores etc., traduzidos em canções” (BRASIL, 1998, p. 47).

Desde o parecer 292 do Conselho Federal de Educação de 1962, constatou-se que para uma devida formação seria necessário ao professorando intervenções em salas de aulas, sob a

responsabilidade das instituições de ensino envolvidas, pois “Não é só frequentando um curso de graduação que um indivíduo se torna profissional. É, sobretudo, comprometendo-se profundamente como construtor de uma práxis que o profissional se forma” (FÁVERO, 1992, p.65). Pressupõe-se que a teoria e a prática não se dissocia e o estágio supervisionado é visto como um meio de relacionar a realidade educacional da comunidade com os fundamentos científicos teóricos possibilitando comprovações empíricas “[...] sobre tais situações, e compreender as motivações e implicações que estão envolvidas. Além disso, orientações sobre a construção de sequência didática e planos de aula, formas de avaliação dos alunos na aula de música, e produção do relatório final” (LUNA, 2016, p.6).

Cumpriu-se o estágio numa escola privada em Natal-RN na turma do Ensino Infantil C (vespertino) que corresponde a crianças de três e quatro anos de idade. Com Projeto Político Pedagógico em mãos, caracterizou-se as diretrizes e o contexto pedagógico da escola concedente, bem como o entendimento sobre a relação da criança com a música e a educação do ponto de vista de documentos oficiais, os quais deliberam diretrizes educacionais à importância da música na Educação Musical da crianças.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC de 2017, é o documento oficial mais recente que normatiza e define o “conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2017, p.7), O planejamento e as intervenções buscaram convergência com os campos de experiências da BNCC e ainda inspirados em sua síntese das aprendizagens que compreendem os elementos balizadores e apontadores de objetivos a serem agricultados na Educação Infantil na transição para o ensino fundamental, porém sem desvincular os assuntos inerentes musicais.

O Estágio Supervisionado

Desde o parecer 292 do Conselho Federal de Educação, de 14 de novembro de 1962, definiu-se pela primeira vez o estágio supervisionado como componente curricular obrigatório nas academias de formação docente. Constatou-se que para uma devida formação seria necessária, ao professorando, intervenções em salas de aulas, sob a responsabilidade e coordenação das instituições de ensino envolvidas, propiciando interações reais em seu meio,

pois “Não é só frequentando um curso de graduação que um indivíduo se torna profissional. É, sobretudo, comprometendo-se profundamente como construtor de uma práxis que o profissional se forma” (FÁVERO, 1992, p.65).

O atual cenário de diretrizes de estágio homologadas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE fundamentando-se no Parecer CNE/CP 28/2001 e no Art. 12 da Resolução CNE/CP 1/2002, resolve em seu Art. 1º que a carga horária na formação de professores seja de 2800 (duas mil e oitocentas) horas, articulando teoria e prática, garantindo 400 (quatrocentas) horas de estágio supervisionado partir da segunda metade da formação docente em diante, sendo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN 100 (cem) horas destinadas especificamente para Educação Infantil.

Sobre tudo, pressupõe-se que a teoria e a prática não se dissocia e o estágio supervisionado é visto como um meio de relacionar a realidade educacional da comunidade com os fundamentos científicos teóricos possibilitando comprovações empíricas “[...] sobre tais situações, e compreender as motivações e implicações que estão envolvidas. Além disso, orientações sobre a construção de sequência didática e planos de aula, formas de avaliação dos alunos na aula de música, e produção do relatório final” (LUNA, 2016, p.6).

O Contexto e Caracterização da escola concedente

Sob autorização Nº 501.96 concedida pela Secretaria de Educação Cultura e Desporto do Rio grande do norte - RN, o Centro Educacional Teresa de Lisieux – CETL é privado e foi fundado em 1993. A escola fica localizada em Parnamirim - RN, tendo fácil acesso devido sua localização com ruas calçadas e transporte público por perto. Seu funcionamento acontece em 200 duzentos dias letivos, com dois turnos de funcionamento que corresponde ao matutino de 7h e 15min as 11h e 15min, e vespertino das 13h e 15min as 17h e 15min, atendendo estudantes de 02 a 17 anos na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, abarcando ainda educação integral e modalidades esportivas. Em seus 2 pavimentos contém 17 salas de aula, além de dispor de sala de som, sala de esportes, quadra de esportes, campo de areia, piscinas, pracinha, cozinha, cantina, parquinho, brinquedoteca, sala de professores, salas administrativas e também uma sala de dança que também é utilizada para atividades psicomotoras. A Lei nº 4.896 de 27 de julho de 2016 institui “[...] nos níveis de educação infantil

e das séries iniciais [...], atividades de Psicomotricidade Relacional” (BRASIL, 2016). A educação psicomotora “[...] leva a criança a tomar consciência de seu corpo, da lateralidade, a situar-se no espaço, a dominar o tempo, a adquirir habilmente a coordenação de seus gestos e movimentos, ao mesmo tempo em que desenvolve a inteligência” (LE BOULCH, 1984, p. 24). Sua infraestrutura também está de acordo com as leis de acessibilidade conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência – lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – contendo rampas, banheiros adequados e até um elevador para pessoas com dificuldade de locomoção.

Recursos humanos e dinâmica sociocultural

O CELT conta com setenta e dois funcionários, os quais, os docentes são graduados e pós-graduandos que atuam principalmente no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio, já na Educação Infantil todos são pós-graduados, além de diretores coordenadores, porteiros e Auxiliares. Existe um bom vínculo afetivo entre os profissionais. A comunidade da escola consiste por parte dos moradores do entorno, os quais têm condições socioeconômica de arcar com transporte privado, despesa de materiais e as mensalidades escolar, o que é considerável boa situação econômica a nível de Brasil.

Contexto pedagógico e musical do CETL

De posse do Projeto Político Pedagógico da Escola, caracterizou-se as diretrizes e o contexto pedagógico. Seus planejamentos são realizados pelos professores e entregue aos coordenadores uma vez por semana, sendo as aulas de música também com base em datas comemorativas da cultura regional e nacional, contudo atento as diretrizes educacionais. Os conteúdos musicais ensinados são variados como: elementos fundamentais da música, propriedades do som, canções, percepção, execução instrumental etc. e interdisciplinaridades com outros conteúdos, oferecendo uma educação ligada a valores culturais, morais, esporte, lazer, ética e cidadania, através da concepção pedagógica sócio interacionista, a qual “[...] a história da sociedade e do homem caminham juntas e, mais do que isso, estão de tal forma intrincados que um não seria o que é sem o outro” (VYGOTSKY apud RAMOS, 2016, p.12). O CETL defende que “[...] a imagem do corpo da criança é exatamente o equilíbrio entre as funções, porém sua estrutura vai ser formado de acordo com o grau de atividades vivenciadas e o grau

de amadurecimento das suas funções cognitivas [e tem em sua proposta pedagógica uma metodologia dinâmica que visa compreender a sua comunidade e demandas de seus estudantes] de maneira concreta e sistemática, porém lúdica e gradativamente de acordo com as faixas etárias” (AZEVEDO; AZEVEDO; PINTO 2008, p.11), além de realizar projetos extra curriculares através de apresentações e eventos em datas comemorativas para comunidade escolar.

O ambiente de sala de aula é todo configurado para educar: com desenhos, letras, números, nomes dos objetos e também instrumentos musicais e alternativos que são fabricados pelas turmas do fundamental, além de contar com a sala de brinquedos e a biblioteca. Assim como pensa Feres (1998), os objetos da sala de aula são postos estrategicamente no alto e nos armários para não haver distração dos estudantes. Nos diversos instrumentos musicais e ferramentas utilizadas, suas beiradas não são cortantes, nem pontiagudas. São leves, de fácil manuseio, sem som muito forte ou estridente. A turma contém permanentemente duas profissionais: uma professora pedagoga e uma auxiliar. Porém, nas terças-feiras acontece a aula de Música, a qual atuou-se de 13h e 30min as 14h e 20min, sob a supervisão da professora de música Kalinka Cordeiro.

Caracterização dos Estudantes

A turma do Ensino Infantil C (vespertino) corresponde a crianças de três e quatro anos de idade. Na turma contém seis meninos e onze meninas totalizando dezessete crianças. Os diálogos tende a partir do professor para os estudantes, já que os mesmos encontram-se tímidos e passivos na maioria dos casos. O índice de faltas teve a média de um estudante por dia letivo. O índice de evasão e repetência desses alunos é irrisório e insignificativo, pelo fato de ser uma escola privada e paga, crianças bem alimentadas, pais e mestres em total engajamento, atenuando tais possibilidades a praticamente zero. Na turma contém três estudantes que na maioria das vezes precisam de atenção especial em relação a “conteúdos atitudinais” (ZABALA, 1998).

Criança, Música e Educação Infantil no Brasil

Segundo Gomes (2009), a música na educação possui um histórico que provém do período colonial. Destaca-se a aprovação do Decreto n. 1.331 A, de 17 de Fevereiro de 1854, que se refere ao ensino da música na instrução pública secundária do Município da Corte, Em 2008, a Educação Musical ganhou espaço por meio da aprovação da Lei 11.769, de 18 de Agosto – que alterou a LDB 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996 que instituiu o ensino das artes como componente curricular obrigatório nas escolas – inserindo-a como conteúdo obrigatório do componente curricular, porém não exclusivo, e atualmente a Lei nº 13.278, de 2 de maio de 2016, altera o § 6º do art. 26 da LDB, e diz que o teatro, as artes visuais, a dança e a música serão linguagens que constituirão o componente curricular.

A prática educativo-musical um tem papel fundamental na formação das crianças, pois possui características multifuncionais como por exemplo: integração social, comunicação, desenvolvimento da capacidade de concentração, sensibilidade afetiva, percepção cognitiva, funções da inteligência etc., ainda podendo “desenvolver práticas integradas com temas transversais, contemplando a “pluralidade cultural” de múltiplos contextos sociais; compreender diferentes expressões culturais” (MARINHO; QUEIROZ, 2009, p. 66). O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – (RCNEI), defende que a música na educação infantil também tem contribuído para “formação de hábitos, atitudes e comportamentos: lavar as mãos antes do lanche, escovar os dentes, [...] memorização de conteúdos relativos a números, letras do alfabeto, cores etc., traduzidos em canções” (BRASIL, 1998, p. 47).

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil DCNEI, (Resolução CNE/CEB nº 5/2009), delibera a criança como “sujeito histórico e de direitos, que interage, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” (BRASIL, 2009). Nos Parâmetros Curriculares Nacional Artes – (PCN) foi reconhecida a “arte da criança como manifestação espontânea e auto-expressiva [...] para a experimentação artística como orientações que visavam o desenvolvimento do potencial criador [...]” (BRASIL, 1997, p. 20). O lúdico também é característica da infância, “Todas as crianças brincam senão estão cansadas, doente ou impedidas. Brincar é envolvente, interessante e informativo” (DE MACEDO, 2009, p.13).

Educação Infantil e a atual Base Nacional Comum Curricular – BNCC de (2017)

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC de 2017, é o documento oficial mais recente que normatiza e define o “conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2017, p.7), dentre tais está a Educação Infantil e é compreendida como a primeira etapa da Educação Básica, sendo o alicerce do processo educacional.

De acordo com a terceira e atual versão da BNCC, publicada no diário oficial da união em 06 de Abril de 2017 e seus eixos estruturantes da Educação Infantil, são assegurados seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: “Conviver, Brincar, Participar, Explorar Expressar, Conhecer-se” (BRASIL, 2017, p.23). Esses direitos de aprendizagem e desenvolvimento baseiam-se nas Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação Infantil – DCNEI, Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, estabelecendo cinco campos de experiências, que as crianças devem aprender e se desenvolver: O eu, os outros e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Oralidade e escrita; e Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Ainda especifica os principais objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, na transição para o Ensino Fundamental I, identificados por código alfanumérico e organizados em três grupos de faixas etárias, os quais englobou-se nesse relato, dois grupos etários que se enquadram no nível infantil C da escola concedente: Crianças de 1 ano e 7 meses até 3 anos e 11 meses e crianças de 4 anos a 5 anos e 11 meses.

Planejamento e Ações

Através desses documentos norteadores e, principalmente da BNCC atualizada fundamentou-se o planejamento das regências buscando reunir todos campos de experiência na mesma aula. A seguir, mostra-se como exemplo o plano de uma aula temática sobre a África realizada dia 16 de Maio de 2017, de 50 minutos. Os objetivos musicais da aula foram: Integralizar estudantes e professorando com música de boas-vindas; Conhecer o tambor e seu timbre; Aprimorar psicomotricidade; Apreciar/cantar/tocar instrumentos e músicas; Conhecer propriedades do som; e Ampliar o acervo musical da cultura e folclore africano. Já o conteúdo programático definiu-se que as crianças: Expresssem verbalmente; Reconheçam um tambor e seu som; Executem gestos inerentes a história; Cantem músicas e toquem instrumentos com propriedades do som diversificadas; e Ampliem o acervo musical da cultura e afro-brasileira. O

planejamento teve também como eixo estruturante as interações e brincadeiras, assegurando as crianças os direitos de aprendizagem e desenvolvimento da BNCC de 2017: Conviver, Brincar, Participar, Explorar Expressar e Conhecer-se. Também inspirou-se na síntese das aprendizagens que compreendem os elementos balizadores e apontadores de objetivos a serem agricultados na Educação Infantil na transição para o ensino fundamental:

[...] Conhecer, respeitar e cumprir regras de convívio social, manifestando respeito pelo outro ao lidar com conflitos [...] Utilizar o corpo intencionalmente (com criatividade, controle e adequação) como instrumento de interação com o outro e com o meio. [...] Discriminar os diferentes tipos de sons e ritmos e interagir com a música, percebendo-a como forma de expressão individual e coletiva. [...] Ouvir, compreender, contar, recontar e criar narrativas. [...] Utilizar vocabulário relativo às noções de grandeza (maior, menor, igual etc.), espaço (dentro e fora) e medidas (comprido, curto, grosso, fino) como meio de comunicação de suas experiências (BCNN, 2017, p. 49-50).

Os procedimentos metodológicos se desdobraram da seguinte forma: No primeiro momento (1min), cantou-se a música “Abra a roda” domínio público (registrado por Viviane Beineke), para que todos se acomodassem em forma de círculo; em (5min) Cumprimentou-se (boa tarde) com intensidades aleatórias e depois cantou-se a música de integralização e boas-vindas “Quem veio” (de Elvira Drummond), de modo que todos falassem seus nomes acompanhando o pulso com os pés e as mãos quando a música pedia; em (3min) cantou-se “Brincando” (de Thelma Chan), com pausa suficiente que permitiu trabalhar as articulações fonéticas que a música pedia. Em um segundo momento (20min) contou-se a história do surgimento dos tambores (conto africano). A história foi contada de forma lúdica, com muito gestual e onomatopeias que eram repetidas espontaneamente. A história foi sendo problematizada a todo instante e as crianças iam dando possíveis soluções para os entraves acontecidos. Instigou-se a movimentação corporal e a execução no tambor, cada um na sua vez, conforme a evolução da história. Foi-se frisando e recontando a quantidade de animais que se agregavam na história, bem como utilizou-se das relações espaciais (em cima, em baixo, dentro e fora) e depois recontou-se a história; e no terceiro e último momento (20min) cantou-se a Música “Simama Kaa” (folclore africano), valorizando a coreografia e propriedades do som que foram escolhidas pelas criança na hora de cantar (– *fraco? forte? rápido ou lento?*);

cantou-se a música de despedida “Tchau” (de Josette Feres), (1min), valorizando a mímica que condiz com a letra.

Resultados

Convergindo especificamente essa aula de música com os objetivos de aprendizagem e desenvolvimentos previsto na BNCC, conseguiu-se atingir diversos objetivos. Expôs-se a seguir, dois objetivos para cada campo de experiência, os quais jugou-se compatível com as atividades proposta na aula e a faixa etária das crianças em questão: No campo de experiência Eu, o outro e nós, com o momento de cada um tocar e repassar o instrumento, as crianças aprendem regras básicas de convívio social e aos poucos vão compreendendo a necessidade das regras no convívio, das interações com os outros. No que diz respeito às regras e normas do grupo, deixou-se claro os direitos e deveres de cada um quanto a vez de praticar, o silêncio necessário e o respeito entre todos, já que na prática os estudantes tem ainda dificuldade em assimilar os momentos adequados para interagir no grupo; Para o campo Corpo, gestos e movimentos apropriam-se de gestos e movimentos inerentes a história contada e da nossa cultura, sobretudo aprimoram o controle e adequação do corpo, ampliando a psicomotricidade, levando a criança “[...] a tomar consciência de seu corpo, da lateralidade, a situar-se no espaço, a dominar o tempo, a adquirir habilmente a coordenação de seus gestos e movimentos, ao mesmo tempo em que desenvolve a inteligência” (LE BOULCH, 1984, p. 24). No campo traços, sons e cores eles imitam e criam seus próprios sons nas encenações e absorvem as qualidades do som; Para o campo da Oralidade e escrita relatam, em meio a história e nos recontos, se perguntava as crianças sobre como solucionar os entraves da história e as experiências acontecidas são expressadas através de seus desejos, opiniões e sentimentos “Num primeiro momento, as delícias do texto encontram-se na fala do professor. Usando uma sugestão de Melanie Klein, o professor, no ato de ler [e encenar] para os seus alunos, é o "seio bom", o mediador que liga o aluno ao prazer do texto” (ALVES, 2001?); e no campo Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações as crianças aprendem relações espaciais e relacionam números com quantidades.

Os recursos didáticos, além das músicas e história contada, utilizou-se, bichinhos de pelúcia, um tambor africano *djembê* e uma caixinha de som via *Bluetooth*. Segundo ainda a

BNCC a avaliação pode ser “formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos alunos” (BNCC, 2017, p.12).

Algumas considerações

O artigo fez um paralelo entre Educação Infantil e a legislação atual 2017 em um estágio docente de música. Conclui-se que a Educação Musical contém a flexibilidade necessária para abarcar interdisciplinarmente todos os campos de experiências previstos na legislação atual, na transição da primeira etapa da Educação Básica para o Ensino Fundamental, sendo de extrema importância o planejamento interdisciplinar da aula de música com outros saberes que a Educação Infantil promove, porém sem desvincular conteúdos intrínsecos musicais, e ainda podendo os campos de experiências serem divididos em outras aulas.

As atividades propostas nas aulas de música são sempre prazerosas pois a música também é uma forma de descontração. Exercícios musicais que trabalham corpo e psicomotricidade são bem aceitos pelas crianças, pois sentem e expressam fisicamente o que aprendem. As atividades contemplaram elementos que favoreceram a reflexão e ação das crianças bem como vão a oralidade. Em geral, o rendimento da turma foi satisfatório em assimilar por completo os temas abordados em sala.

Para a inquietação das crianças não existe uma fórmula mágica, pois há uma grande vontade de tocar, cantar, bater no instrumento, contudo foi-se chamando a atenção dos mesmos com: contato visual, aproximação física, problematizações e ações nas atividades, sendo facilmente descartadas intervenções desnecessárias e desgastantes: de separar as crianças, do pedido de silêncio na aula, bem com o uso da onomatopeia (*psiu*) que é a frequência da letra “S”, sendo essa uma frequência que agride a audição quando mal utilizada em forma de ruído, podendo até causar estresse e doenças, (sugiro que leia: Efeitos do ruído ambiental no organismo humano e suas manifestações auditivas” de Livia Ismália Carneiro do Carmo) e para se comprovar empiricamente, basta que se atente as expressões faciais das crianças e das pessoas quando alguém utiliza esse má recurso de atenção.

Referências

ALVES, Rubem. *O prazer da leitura*. Campinas: Correio Popular, Caderno C, v. 19, n. 07, 2001. Disponível em: <

https://scholar.google.com.br/scholar?q=ALVES%2C+Rubem.+O+prazer+da+leitura&btnG=&hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5 > Acesso em: 01/Jun/2017

AZEVEDO, Maria Ferreira Melo de; AZEVEDO, Mayra Paulline M. de; PINTO, Maria Eliete dom Santos. *Projeto Político-Pedagógico da escola Centro Educacional Tereza de Lisieux: Uma escola que instrui educando*. Parnamirim-RN, Abril de 2008.

BEINEKE, Viviane et al. *Lenga la Lenga: jogos de mãos e copos*. 2006.

BRASIL, Conselho Federal de Educação. *Parecer CNE/CP 28/2001*. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP, v. 21, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf>> Acesso em: 01/Jun/2017

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CP 1/2002*. Diário Oficial da União, Brasília, v. 9, p. 31, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf> Acesso em: 01/Jun/2017

BRASIL, *Lei nº 4.896, de 27 de julho de 2016*. Institui, no âmbito da Rede Pública Estadual de Ensino, atividades e Psicomotricidade Relacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/42492>> Acesso em: 01/Jun/2017

BRASIL, Poder Executivo. Decreto n. 1.331 A, de 17 de fevereiro de 1854. Aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no Município da Corte. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, tome 17, parte 2', seção 12', 17 fev. 1854. Disponível em: <<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer fontes/acer histedu/decreto%20n.%201331.pdf>> Acesso em: 01/Jun/2017

BRASIL. Conselho Federal de Educação. *Parecer n. 292, de 14 de novembro de 1962*. Trata da parte pedagógica dos currículos mínimos relativos aos cursos de licenciatura. Relator: Valnir Chagas. Documenta, Brasília, n. 10, p. 95-100, 1962. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf>> Acesso em: 01/Jun/2017

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. *Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18. Disponível em: < http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/concurso_2013/PDFs/resol_federal_5_09.pdf > Acesso em: 01/Jun/2017

BRASIL. *Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm > Acesso em: 01/Jun/2017

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*. Brasília, 1997a. v. 6: Arte. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro06.pdf> > Acesso em: 01/Jun/2017

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF, 2017. Disponível em: < http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf > Acesso em: 01/Jun/2017

BRASIL. Presidência da República. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Lei n.09.394, de 20 de dezembro de 1996*. Brasília, 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm > Acesso em: 01/Jun/2017

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 11.769, de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei n.09.394, de 20 de dezembro de 1996, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica*. Brasília, 2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11769.htm > Acesso em: 01/Jun/2017

BRASIL. Presidência da República. *LEI Nº 13.278, DE 2 DE MAIO DE 2016*. Altera o § 6o do art. 26 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte. Brasília, 2016. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/l13278.htm > Acesso em: 01/Jun/2017

BRASIL. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf> > Acesso em: 01/Jun/2017

CHAN, Telma. *Coralito*. Fermata do Brasil Ltda. São Paulo. 1987.

DE MACEDO, Lino; PETTY, Ana Lúcia Sícoli; PASSOS, Norimar Christie. *Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar*. Artmed Editora, 2009. Disponível em: < https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=BxGplexPy8YC&oi=fnd&pg=PA6&dq=Os+jogos+e+o+l%C3%BAAdico+na+aprendizagem+escolar&ots=bzVWJlrUS8&sig=OXjv5c_KA89mzj3A >

Mi6KYLKosRU#v=onepage&q=Os%20jogos%20e%20o%20%C3%BAtico%20na%20aprendizagem%20escolar&f=false> Acesso em: 01/Jun/2017

DO CARMO, LÍVIA ISMÁLIA CARNEIRO. Efeitos do ruído ambiental no organismo humano e suas manifestações auditivas. *Monografia de conclusão do Curso de Especialização em Audiologia Clínica. Goiânia*, 1999. Disponível em: <

http://resgatebrasiliavirtual.com.br/moodle/file.php/1/E-book/Materiais_para_Download/Ruido/Efeitos%20do%20Ruido%20sobre%20o%20organismo%20humano.pdf> Acesso em: 10/Jul/2017

FÁVERO, Maria L.A. Universidade e estágio curricular: subsídios para discussão. In: ALVES, Nilda (org.). *Formação de professores: pensar e fazer*. São Paulo: Cortez, 1992. p.53-71.

FERES, Josette Silveira Mello. *Bebê - Música e Movimento: Orientação para Musicalização Infantil*. Jundiaí, SP: J. S. M. Feres, 1998. 74p.

GOMES, Carolina Chaves. Educação Musical e Educação Infantil: Confluências Históricas. *VXII Semana de Humanidades*, Rio Grande do Norte, 2009. Disponível em: <

<http://www.cchla.ufrn.br/humanidades2009/Anais/GT07/7.14.pdf> > Acesso em: 01/Jun/2017

LE BOULCH, J. *O Desenvolvimento Psicomotor: do nascimento até os 6 anos*. Tradução de Ana Guardrola Brizolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

LUNA, Camila Larissa Firmino de. O atual cenário do estágio supervisionado no curso de licenciatura em música da UFRN. *Anais III CONEDU*. V. 1, 2016, ISSN 2358-8829. Disponível em:

<

http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA4_ID_7998_21072016162115.pdf > Acesso em: 01/Jun/2017

MARANHÃO, Fabiano; GONÇALVES JUNIOR, L. Jogos africanos e afro-brasileiros na educação física escolar: processos educativos inter-étnicos. *COLÓQUIO DE PESQUISA QUALITATIVA EM MOTRICIDADE HUMANA*, v. 4, p. 696-709. Disponível em:

<http://www.ufscar.br/~defmh/spqmh/pdf/2_009/maranhao.pdf> Acesso em: 01/Jun/2017

MARINHO, Vanildo Mousinho; QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Práticas para o ensino da música nas escolas de educação básica. *Associação Brasileira de Educação Musical-ABEM*, p. 60, 2009. Disponível em:

<http://abemeducacaomusical.com.br/revista_musica/ed1/pdfs/5_praticas_para_o_ensino.pdf> Acesso em: 01/Jun/2017

MIRANDA, Elvira Glória Drummond. *Colorindo sons*. Vol. 1. Fortaleza. Ceará – 2009.

RAMOS, Viviana Sousa. *O papel da brincadeira no processo de aprendizagem e desenvolvimento infantil*. 2016. Disponível em: <

<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/11666/1/PDF-%20VIVIANA%20SOUSA%20RAMOS.pdf>> Acesso em: 01/Jun/2017

ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Penso Editora, 2015. Disponível em:
<<https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=ypR9CAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT157&dq=A+pr%C3%A1tica+educativa:+como+ensinar&ots=xvCp2EPk4D&sig=kE0BzD0psdAEhTVFuCs4Lbet6V0#v=onepage&q=A%20pr%C3%A1tica%20educativa%3A%20como%20ensinar&f=false>>
Acesso em: 01/Jun/2017